



EDITAL 14 (CPOS-AUD/FAENG), DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025

O Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PosAU) da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, e Geografia (FAENG), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio da Comissão de Seleção constituída pela Portaria nº 238-GAB/FAENG/UFMS/, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025 no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital nº 352/2025 PROPP/UFMS - Retificado pelo EDITAL 391/2025 PROPP/UFMS , que tornou pública a abertura de inscrições para processo seletivo de candidatos brasileiros e estrangeiros para preenchimento de vagas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPG) da UFMS para ingresso no primeiro semestre do ano letivo de 2026 e considerando o Cronograma previsto no item 3 do Edital nº 352/2025 - PROPP/UFMS torna público o Resultado Preliminar da Etapa de Avaliação de Mérito e o espelho da Prova de Conhecimentos Específicos, conforme Anexos I e II deste Edital:

Campo Grande, 03 de fevereiro de 2025.

Julio Cesar Botega do Carmo
Presidente da Comissão de Seleção

ANEXO I RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO

ARQUITETURA E URBANISMO (CAMPO GRANDE)				
MESTRADO				
Ampla Concorrência				
Número de Inscrição	AP	PE	DP	EAM
202570766	8,9	7	7	7,475
202570595	8,8	7,5	8	7,95
202570729	9	8,5	9	8,75
202570082	6,5	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202569142	9,2	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202568707	8,1	7	8	7,525
202570603	7,2	9	9,5	8,675
202570407	7,5	5,5	5	5,875
202569891	8,7	7	8	7,675
202570650	9,3	5,5	8,5	7,2
202570746	7	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570465	8,9	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE

202570426	7,3	8,5	AUSENTE	DESISTENTE
202570535	8,7	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202567341	0	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570757	8,5	9,5	10	9,375
202569741	8,4	5	7	6,35
202570190	7,6	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570755	8,8	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570377	7,6	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
Ações Afirmativas				
Número de Inscrição	AP	PE	DP	EAM
202568164	7,8	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570689	8,5	8,5	7,5	8,25
202570761	7	5,5	5,5	5,875
Qualifica UFMS				
Número de Inscrição	AP	PE	DP	EAM
202569022	0	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
Qualifica IFMS				
Não houve inscritos				

ANEXO II

ESPELHO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 1 (OBRIGATÓRIA)

O Movimento Moderno, em sua busca por uma linguagem universal e racionalista, estabeleceu as bases para uma produção do espaço pautada na eficiência técnica e no funcionalismo. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, essa abordagem passou por profundas críticas. Josep Maria Montaner, em *Depois do Movimento Moderno*, descreve a transição do "homem ideal" para o "homem comum" e a emergência de novas posturas arquitetônicas que valorizam o contexto e o usuário. Paralelamente, Henri Lefebvre, em *O Direito à Cidade*, argumenta que o espaço é um produto social e que a cidade deve ser resgatada como valor de uso frente ao valor de troca. Por fim, Bryan Lawson, em *Como Arquitetos e Designers Pensam*, analisa o processo cognitivo do projeto como uma gestão complexa de restrições e necessidades.

Considerando as obras citadas, discorra sobre como a evolução do pensamento arquitetônico contemporâneo e a compreensão do processo de projeto podem contribuir para uma produção do espaço construído que efetive o "direito à cidade" e supere a fragmentação do urbanismo racionalista. Em sua resposta, analise a relação entre a teoria da produção social do espaço e a prática projetual do arquiteto.

Resposta esperada

A produção do espaço construído e habitado na contemporaneidade exige uma superação do paradigma estritamente racionalista que dominou o início do século XX. Como aponta Josep Maria Montaner, o projeto universalista do Movimento Moderno, embora tenha resolvido problemas técnicos e higiênicos cruciais, acabou por gerar um urbanismo cartesiano que fracassou ao separar radicalmente as funções

urbanas e ignorar as especificidades dos contextos culturais e identitários. A crise desse modelo, evidenciada a partir de 1945, abriu caminho para uma "contextualização" da arquitetura, onde a memória, o lugar e a figura do "homem comum" — em oposição ao "homem ideal" abstrato das vanguardas — tornaram-se os novos motores da evolução disciplinar.

Essa mudança de perspectiva na arquitetura dialoga diretamente com a tese de Henri Lefebvre sobre a produção social do espaço. Para Lefebvre, o espaço não é um contentor neutro, mas um produto das relações sociais e de poder. O "Direito à Cidade" surge como um clamor contra a alienação provocada pelo "espaço abstrato" do capitalismo e do planeamento tecnocrático, que prioriza o valor de troca (a mercadoria) sobre o valor de uso (a vida urbana). Efetivar o direito à cidade implica, portanto, devolver aos habitantes a capacidade de apropriação e participação na produção do seu próprio habitat, transformando o espaço concebido pelos especialistas em um espaço vivido pelos cidadãos.

Nesse cenário, o papel do arquiteto e o seu processo de pensamento, conforme analisado por Bryan Lawson, tornam-se fundamentais. Lawson argumenta que o design não é um processo linear de resolução de problemas, mas uma atividade "focada na solução" que exige a gestão de múltiplas restrições: radicais (funcionais), práticas (tecnológicas), formais (estéticas) e simbólicas. Para que o projeto contribua para a produção de um espaço verdadeiramente habitado, o arquiteto deve atuar como um mediador entre essas restrições técnicas e as necessidades sociais. O "pensar" do designer deve, portanto, incorporar a complexidade do social, reconhecendo que os usuários não são meros receptores passivos de uma forma, mas agentes que dão sentido ao espaço construído.

A convergência entre Montaner, Lefebvre e Lawson revela que a produção do espaço construído não pode ser dissociada da sua dimensão política e cognitiva. Montaner destaca posturas como o "New Brutalism" e a "Arquitetura e Antropologia", que buscaram reintroduzir a cultura material e o pensamento sociológico no projeto. Essas posturas são tentativas práticas de operacionalizar o que Lefebvre defende teoricamente: a primazia do uso e a valorização do cotidiano. Assim, a arquitetura contemporânea, ao adotar métodos ecléticos e reconhecer a pluralidade de caminhos, aproxima-se de uma prática projetual mais inclusiva. Conclui-se que a superação da fragmentação racionalista e a efetivação do direito à cidade dependem de uma prática que integre a sensibilidade contextual de Montaner, a crítica social de Lefebvre e a competência técnica e cognitiva de Lawson. Produzir o espaço habitado hoje significa desenhar não apenas edifícios, mas suportes para a vida social, onde a técnica de projeto (o "como pensar") esteja ao serviço da construção de uma cidade mais justa, democrática e dotada de significado para aqueles que a habitam.

Questão 2

A obra '*O processo de projeto em arquitetura*', de Kowaltowski *et al.* (2011), estrutura-se sobre a premissa de que o projeto contemporâneo exige uma abordagem sistêmica, baseado em quatro principais eixos temáticos:

- 1) Teoria/Metodologia;
- 2) Gestão do Processo;
- 3) Tecnologia (foco em BIM/Simulação);
- 4) Qualidade/Avaliação.

Com base nas obras de referência do edital, discuta como a integração entre **Gestão e Tecnologia (TIC)** altera a atuação do arquiteto.

Resposta esperada

A partir das premissas estabelecidas na obra "O processo de projeto em arquitetura" (Kowaltowski *et al.*, 2011), comprehende-se que o projeto contemporâneo não pode mais ser visto como uma atividade isolada, mas sim como um sistema complexo que exige uma abordagem sistêmica e integrada. Essa integração manifesta-se primordialmente através da convergência entre a Gestão do Processo e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), redefinindo o papel do arquiteto no cenário atual. No âmbito da Teoria

e Metodologia do Projeto, essa mudança é evidenciada pela transição da "caixa-preta" — um processo criativo misterioso e subjetivo — para a "caixa de vidro", onde o processo torna-se explicável, racional e passível de gestão. Entender que as decisões tomadas nas etapas iniciais de desenvolvimento, como nos estudos preliminares, impactam severamente o produto final e seu desempenho é o que permite ao profissional antecipar problemas e otimizar resultados.

No que tange à Gestão do Processo, a atuação do arquiteto expande-se para a coordenação e colaboração multidisciplinar. Com o aumento da complexidade das construções modernas, que envolvem sistemas prediais, estruturais e de conforto ambiental altamente especializados, o profissional deixa de ser apenas um desenhista para se tornar um gestor de fluxos de informação. A organização eficiente dessa comunicação é vital para evitar erros de projeto e retrabalhos decorrentes de incompatibilidades entre as disciplinas, garantindo que o fluxo de dados entre os diversos agentes do processo seja contínuo e transparente.

Neste contexto, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) atua como a ferramenta que viabiliza essa gestão. A transição histórica do desenho assistido por computador (CAD) para a Modelagem da Informação da Construção (BIM) marca uma mudança de paradigma: o foco deixa de ser a representação geométrica bidimensional para tornar-se a gestão de dados parametrizados de uma edificação. O uso de softwares para simulação e desempenho permite ao arquiteto avaliar o conforto térmico, lumínico e acústico ainda na fase projetual, garantindo edifícios mais eficientes e sustentáveis. Assim, a sustentabilidade deixa de ser um "selo verde" acessório para se tornar uma decisão projetual intrínseca desde a concepção.

Por fim, a integração entre Gestão e Tecnologia culmina na valorização da Qualidade e Avaliação, especialmente por meio da Avaliação Pós-Ocupação (APO). A obra de Kowaltowski defende que o ciclo do projeto não se encerra na entrega das chaves, mas deve incluir o feedback dos usuários reais para alimentar e aprimorar projetos futuros. Em suma, a integração entre Gestão e Tecnologia (TIC) altera profundamente a atuação do arquiteto, transformando-o de um "desenhista solitário" em um coordenador central de informações. Essa nova postura exige uma visão holística que une a racionalidade metodológica à precisão tecnológica, assegurando que o processo de projeto resulte em espaços que atendam, de fato, às necessidades técnicas e humanas de forma sustentável e eficiente.

Questão 3

A produção recente de habitação de interesse social no Brasil tem sido marcada por soluções padronizadas que, em muitos casos, desconsideram as especificidades climáticas, ambientais e socioculturais dos territórios onde são implantadas. Sobretudo, à luz dos textos indicados em edital, discuta criticamente o papel do conforto ambiental na promoção da qualidade habitacional e da resiliência do ambiente construído, considerando especialmente, a relação entre conforto ambiental, sustentabilidade e estética na habitação social, os limites do modelo construtivo padronizado na garantia de conforto térmico, lumínico e acústico e a importância da avaliação pós-ocupação como instrumento para qualificar projetos e políticas públicas habitacionais.

Resposta esperada

O conforto ambiental desempenha papel central na promoção da qualidade da habitação de interesse social, pois está diretamente relacionado à saúde, ao bem-estar e à permanência digna dos moradores no espaço construído. O conforto não pode ser compreendido apenas como uma condição técnica isolada, mas como parte de um sistema mais amplo que articula sustentabilidade ambiental, adequação climática, estética e resiliência urbana.

No que se refere à relação entre conforto ambiental, sustentabilidade e estética, observa-se que iniciativas sustentáveis — como estratégias passivas de ventilação, iluminação natural, redução do consumo de água e energia e inserção de áreas verdes — contribuem simultaneamente para o desempenho ambiental das edificações e para a qualidade estética dos conjuntos habitacionais. A estética, nesse contexto, não é um elemento supérfluo, mas um fator que reforça o sentimento de pertencimento, identidade e valorização do espaço, impactando positivamente a satisfação dos moradores e a conservação do ambiente construído.

Entretanto, os estudos apontam limites significativos do modelo construtivo padronizado adotado em programas habitacionais de larga escala, como o Programa Minha Casa Minha Vida. A repetição de tipologias rígidas, com reduzida área, baixa qualidade construtiva e pouca consideração às condições climáticas locais, resulta em frequentes situações de desconforto térmico, lumínico e acústico. Problemas como sobreaquecimento, baixa ventilação, umidade, deterioração precoce dos materiais, ruídos excessivos e aumento do consumo energético revelam a inadequação dessas soluções frente às dinâmicas climáticas e às necessidades reais das famílias. Além disso, a ausência de flexibilidade espacial compromete a capacidade de adaptação das moradias ao longo do tempo, ampliando a vulnerabilidade social e ambiental dos usuários.

Nesse cenário, a avaliação pós-ocupação (APO) emerge como instrumento fundamental para a qualificação do projeto arquitetônico e das políticas públicas habitacionais. Ao incorporar a percepção dos moradores e analisar o desempenho efetivo das edificações em uso, a APO permite identificar impactos, falhas e potencialidades que não são captados na fase de projeto. Processos sistemáticos de avaliação pós-ocupação contribuem para a construção de habitações mais resilientes, capazes de absorver, adaptar-se e responder às mudanças climáticas, sociais e econômicas ao longo do tempo. Dessa forma, a APO não apenas retroalimenta a prática projetual, mas também subsidia revisões normativas e diretrizes mais sensíveis ao conforto ambiental e à realidade dos usuários da habitação social.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Botega do Carmo, Presidente de Colegiado**, em 03/02/2026, às 15:08, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6207903** e o código CRC **734D6088**.

COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67) 3345-7392

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.014857/2025-19

SEI nº 6207903